

Jornal dos CRIADORES

ÓRGÃO INFORMATIVO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIADORES - ANO IV - Nº 34 - OUTUBRO 2003

Normas para carne começam com rastreabilidade e carcaça

O Comitê Brasileiro para Normalização da Carne e do Leite (CB 56) iniciará seus trabalhos visando o estabelecimento de normas para a rastreabilidade e para a classificação de carcaça bovina. Para tanto, a ABC encaminhou à Associação Bra-

sileira de Normas Técnicas pedido de aprovação de criação das comissões de estudos para aqueles temas.

Criado em julho último, o CB 56 está agora em fase de constituição de seu Conselho Consultivo, a ser integrado por representantes de setores da

cadeia produtiva da carne e do leite e de entidades neutras, como universidades e institutos de pesquisa. Nesta edição, o *Jornal dos Criadores* explica as vantagens dos produtos que atendem a normas técnicas e como elas são elaboradas. Págs. 4 e 5

Caminhos para o turismo rural

Para que o turismo rural cresça e apareça serão necessárias ações do próprio setor, algumas delas em parceria com o poder público, principalmente as prefeituras. Da mesma forma, os proprietários de hotéis e pousadas rurais devem adotar modelos profissionais de administração de seus negócios e criar atrativos para conquistar e fidelizar turistas. Essas são algumas indicações apresentadas no seminário "Turismo rural, pronto para decolar?", promovido pela ABTR e pela ABC, em setembro. Reunindo especialistas de diversas áreas, o evento organizou um amplo painel das principais questões do setor. Pág. 7



Seminário contou com a presença de empresários, profissionais e estudantes de turismo.

ABC prepara comemoração de 77 anos

Evento será realizado em dezembro, ocasião em que a ABC vai homenagear um político ligado à agropecuária, um pecuarista de corte e um de leite. As personalidades do ano serão escolhidas por meio de consulta que está sendo realizada junto aos associados da ABC.

Sisbov aperfeiçoa procedimentos

Com base em propostas apresentadas pela ABC, haverá redução de dígitos para identificação de animais e foram estabelecidos prazos para que as certificadoras utilizem os números solicitados ao Sisbov e para que os frigoríficos informem sobre os animais abatidos. Pág. 3



Associação Brasileira de Criadores

Av. José César de Oliveira, 181
11º andar - Vila Leopoldina
CEP 05317-000 - São Paulo-SP
Fone: (11) 3832.9369
Fax: (11) 3831.2731
E-mail: abc@abccriadores.com.br
www.abccriadores.com.br

Diretoria

Presidente: Luis Alberto Moreira Ferreira

Vice-Presidentes: Rubens Malta de Souza Campos Filho, Ney Soares Piegas, Luiz Rondon Teixeira de Magalhães, Isabel Sampaio Moreira Piegas, Eduardo Dias Roxo Nobre

Secretários: Jair Martinelli, Eugênio Salgueiro Gomes

Tesoureiros: Rubens Malta de Souza Campos Filho, Ney Soares Piegas

Conselho Deliberativo

Presidente: José Cassiano Gomes dos Reis Júnior

Vice-presidente: Carlos Eduardo Duprat

Conselheiros Natos: Manoel Elpidio Pereira de Queiroz Filho, Guilherme Monteiro Junqueira, José Cassiano Gomes dos Reis Júnior

Conselheiros Efetivos: Nelson Luiz Baeta Neves, Luis Alberto Moreira Ferreira, Rubens Malta de Souza Campos Filho, Eduardo Dias Roxo Nobre, Isabel Sampaio Moreira Piegas, Silvio Maria Crespi, Carlos Eduardo Duprat, Edgardo Héctor Pérez, Jair Martinelli, Virgílio de Almeida Pena

Conselheiros Suplentes: Ney Soares Piegas, José Calil, Henrique de Souza Dias, Cesário Ramalho da Silva, Lincoln dos Santos Correia, Luiz Rondon Teixeira de Magalhães, Eugênio Salgueiro Gomes, José Amauri Dimarzio, Antonio João de Camargo Júnior, Milton Saad, José Matheus Granado

Conselho Fiscal

Efetivos: Edgardo Héctor Pérez, Licínio dos Santos Silva Filho
Suplentes: Maria Eugênia da Silva Telles, Milton Saad, Theodoro Quartim Barbosa Netto

Associação Brasileira de Criadores (ex-Associação Paulista dos Criadores de Bovínos), reconhecida como utilidade pública pelo Decreto Estadual nº 33.811, de 20 de outubro de 1958. Registrada no Ministério da Agricultura sob nº35, como jurisdição nacional.

acadêmica

O Jornal dos Criadores é editado pela Acadêmica Agência de Comunicação.

Rua Eng. José Sá Rocha, 61
São Paulo - SP

Edição: José Roberto Ferreira
Projeto Gráfico: A. C. Prado

Editorial

Impostos mais elevados, não.

A reforma tributária aprovada na Câmara, se receber o mesmo endosso no Senado, resultará em inadmissível majoração da carga fiscal do setor agropecuário.

O maior problema se refere ao ICMS. Em primeiro lugar, porque será decretado o fim do Convênio ICMS 100/97, que reduz a sua base de cálculo nas operações interestaduais em 60% para os agroquímicos, sementes e produtos veterinários, e em 30% para farelos e tortas de soja e canola e do milho para alimentação animal. Em segundo lugar porque, com o estabelecimento de alíquotas de 4%, 12%, 15%, 18% e 25%, para todo o território nacional, o mais provável é que os produtos agropecuários serão taxados em 12%, já que a menor alíquota (4%) se destinará a alimentos de primeira necessidade e a medicamentos para uso humano.

Cálculos feitos pela CNA indicam que, na pecuária de corte, os gastos com suplemento mineral, vacinas, medicamentos e adubos para as pastagens farão aumentar em 5,5% o custo variável da produção.

Já em relação ao ITR, foi mantida a competência da União, a progressividade e a não-incidência nas pequenas glebas rurais. No entanto, a possibilidade de ter sua fiscalização e cobrança transferidas aos municípios poderá transformá-lo de imposto regulatório da utilização da terra em instrumento de arrecadação.

Por mais que seja necessária, a reforma tributária não pode penalizar a agropecuária, setor da economia que mais tem feito pelo País e pelo seu povo.

A Diretoria

OPINIÃO

A reforma agrária e a produção agropecuária

João Pinheiro da Silveira Filho (*)

Os principais fatores de produção agropecuária são terra, mão-de-obra e capital. A oferta desses três fatores é imprescindível à produção agropecuária, porém não suficiente a um empreendimento rural viável técnica e economicamente. Necessários se fazem outros fatores, não menos importantes, como a assistência técnica, o crédito rural, a preparação de mão-de-obra, o seguro, a secagem e armazenamento, e, acima de tudo, a comercialização eficaz, que assegure renda que bem remunere o investimento do produtor rural.

Desde que esses fatores sejam assegurados, o produtor sem dúvida terá boa produtividade, alta produção e, conseqüentemente, renda proporcional ao investimento realizado, o que se observa na agropecuária empresarial brasileira. É oportuno e importante observar que esta situação ocorre em qualquer forma de acesso à terra, seja como proprietário, arrendatário ou parceiro, o que vem comprovar que o homem do campo pode ser um produtor agropecuário

bem-sucedido, sem necessidade de ser o proprietário da gleba explorada, o que nos leva a concluir que a legislação sobre a Reforma Agrária no Brasil deve ser repensada.

Entendemos que a alternativa do crédito fundiário, já oferecida pelo Banco da Terra, que apresenta bons resultados, deva ser intensificada, mesmo porque é, a nosso ver, mais justa e democrática.

Entendemos, ainda, que experiências de assentamentos de pequenos produtores agropecuários bem sucedidas, como as de Israel, deveriam ser realizadas, em caráter experimental, no Brasil.

Concluindo, devo salientar que não se trata de proposta para que a Lei de Reforma Agrária em vigor seja revogada, mas sim que seja alterada, visando sua aplicação aos casos de absoluta carência do homem do campo, situação esta que justificaria a doação da terra.

(*) O autor é engenheiro agrônomo e representante da ABC em Brasília.

Propostas da ABC são aprovadas no Comitê Consultivo do Sisbov

Em sua reunião de 12 de setembro o Comitê Técnico Consultivo do Sisbov (Sistema Brasileiro de Identificação e Certificação de Origem Bovina e Bubalina) aprovou três propostas apresentadas pela Associação Brasileira de Criadores e que visam aperfeiçoar a rastreabilidade no País. Instituído pela Secretaria de Defesa Agropecuária do MAPA, a ABC integra o Comitê juntamente com órgãos do Ministério e outras sete entidades da cadeia produtiva da carne bovina. Na reunião do dia 12, realizada em Brasília, a ABC foi representada pelo engenheiro agrônomo João Pinheiro da Silveira Filho.

Propostas

A primeira proposta apresentada pela ABC resultou no estabelecimento do prazo de 60 dias para que as certificadoras utilizem os números solicitados ao Sisbov para registro de animais. Decorrido esse prazo, os nú-

meros não utilizados deverão ser devolvidos ao Sisbov. O problema, constatado pela ABC, é que existia uma grande discrepância entre os números distribuídos às certificadoras e o número de animais efetivamente cadastrados no Sistema. Para evitar a perpetuação desse tipo de problema, serão redefinidos os critérios para o fornecimento de números para as certificadoras.

A segunda proposta referia-se ao estabelecimento de prazos para a baixa de animais no Sisbov, a fim de se evitar defasagens entre o número de animais registrados no banco de dados e o de animais efetivamente vivos. O Comitê decidiu que os frigoríficos terão prazo de 72 horas para comunicar o número de registro dos animais abatidos, prazo que se elevará para 30 dias no caso dos animais mortos ou abatidos nas propriedades.

A terceira proposta resultará na redução do código de identificação dos

animais de 17 para 15 dígitos: serão eliminados os dois dígitos referentes às micro-regiões brasileiras. Assim, o código de identificação seguirá a seguinte composição:

- três dígitos iniciais caracterizando o país de nascimento do animal;
- dois dígitos representando a Unidade Federativa de origem do animal;
- nove dígitos identificando o animal;
- um dígito final verificador.

A ABC apresentou uma quarta proposta, que o Comitê discutirá em breve. Refere-se à exigência de que os frigoríficos mantenham a numeração do Sisbov para os cortes que são levados até o consumidor final. Conforme apuração da ABC, os frigoríficos estariam substituindo a numeração do Sisbov por outra, o que contraria os princípios da rastreabilidade e da segurança alimentar.

Boi rastreado está valendo mais

Em uma iniciativa pioneira, o Instituto de Economia Agrícola (IEA-Apta), vinculado à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, está divulgando, desde o dia 4 de agosto, a cotação diária do boi rastreado. Os valores são obtidos por meio de informações fornecidas pelos Escritórios de Desenvolvimento Rural da Cati e por fontes como empresas de leilões de gado, frigoríficos, sindicatos rurais e associações. Apesar da recente implantação do Sisbov, o boi gordo rastreado já está ligeiramente valorizado em importantes mercados paulistas (veja tabela ao lado). As cotações do IEA estão no site www.iea.sp.gov.br

Valores de 29/09/2003

Cidade	Boi gordo (15 kg) em R\$	Boi gordo rastreado (15 kg) em R\$
Andradina	59,00	61,00
Araçatuba	60,00	61,00
Pres. Prudente	59,00	60,00
Pres. Venceslau	59,00	60,00
S. J. Rio Preto	59,00	60,00



TECNAGRO CERTIFICADORA

IDENTIFICAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE BOVINOS

Descontos especiais para sócios da ABC

Animais para abate: 40 dias antes no banco de dados do SISBOV

•30 anos de credibilidade

•Credenciada pelo SISBOV

TECNAGRO PLANEJAMENTO S/C LTDA ME.
Av José César de Oliveira, 181 - 3º and - cj 304 / 306
05317 000 São Paulo - SP

Fone: (11) 3641 5566 Fax: (011) 3831 8002
E mail: tecnagro@tecnagro.com.br

Comitê para normas da carne e do leite dá primeiros passos

No dia 24 de setembro a ABC encaminhava à Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) solicitação de aprovação das comissões de estudos que definirão a normalização da rastreabilidade e da classificação de carcaça bovina. Com isso, são dados os primeiros passos para efetivação do Comitê Brasileiro para Normalização da Carne e do Leite (CB 56), instituído em julho último por iniciativa da Associação Brasileira de Criadores. Essas são as duas primeiras comissões de estudos subordinadas ao CB 56 e tratarão de assuntos fundamentais da cadeia produtiva da carne bovina.

Para chegar a esse importante momento foi trilhado um caminho cujo ponto de partida ocorreu em abril de 2002. Naquele mês, ao desenvolver um projeto de selo de qualidade para a carne, a ABC detectou que a pecuária contava com um excesso de regulamentos mas não dispunha de ne-

nhuma norma técnica. Diante dessa situação, o presidente da Associação, Luis Alberto Moreira Ferreira, decidiu pelo início dos estudos visando a implantação do Comitê.

A partir daí, a ABC fez o projeto que resultaria na criação do CB 56 e o submeteu para apreciação da ABNT em setembro de 2002. Nos sete meses seguintes o projeto recebeu aprovações sucessivas das diferentes instâncias regimentais da ABNT: diretoria técnica, conselho técnico (formado por todos os demais 55 comitês existentes) e conselho deliberativo.

O êxito na aprovação do Comitê se deveu a um conjunto de fatores, como a importância dos produtos que enfoca — a carne e o leite —, a correta observação das exigências da ABNT e o fato de ter sido baseado no Comitê Técnico nº 34 da ISO (International Organization for Standardization), que trata dos mesmos assuntos.

Outro ponto fundamental foi o apoio de entidades da cadeia produtiva da carne, resultado de um intenso trabalho de sensibilização do setor realizado pela ABC entre setembro de 2002 e abril deste ano. Sem esse apoio o Comitê não poderia existir, pois confirma que sua criação é um desejo da sociedade brasileira, aspecto dos mais

relevantes considerados pela ABNT. (Veja abaixo relação das entidades que manifestaram seu apoio)

Depois do lançamento oficial do Comitê, em 29 de julho, o trabalho agora está sendo de organizar e estruturar o órgão. Várias das entidades que apoiaram a criação do CB 56 estão sendo convidadas para integrar o conselho consultivo e as comissões de estudo, uma vez que o objetivo é dar a elas a maior representatividade possível. Em setembro último, por exemplo, a ABC fez reuniões com representantes da Sociedade Rural Brasileira, do Fundepec-São Paulo e da Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária. Conversou também com o delegado do MAPA em São Paulo, Francisco Sérgio Jardim, e com o secretário adjunto da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, Alberto Macedo.

Há um otimismo generalizado com a criação do CB 56 e o trabalho da ABC é para ter parceiros não só de peso mas que poderão contribuir para a definição das melhores normas técnicas. Dentre os órgãos da Secretaria da Agricultura, por exemplo, haverá a participação dos institutos de Zootecnia, de Tecnologia de Alimentos, de Pesca, Biológico e da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios. Além dos órgãos e entidades contatadas, a ABC está recebendo adesão voluntária de várias instituições.

O CB 56 foi lançado em julho. Seu gestor é Auler José Matias, da ABC.



Apoio ao Comitê

A criação do Comitê Brasileiro para Normalização da Carne e do Leite recebeu apoio, por escrito, das seguintes entidades:

- Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes Industrializadas
- Assoc. Bras. de Hereford e Braford
- Assoc. Bras. de Leite Longa Vida
- Assoc. Bras. de Produtores de Leite A
- Assoc. Bras. dos Criadores de Búfalos
- Assoc. Bras. dos Produtores de Leite – Leite Brasil
- Assoc. dos Criadores de Avestruzes do Brasil
- Assoc. dos Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo
- Assoc. Nacional dos Produtores e Processadores de Carne e Couro de Qualidade
- Assoc. Paulista de Criadores de Gado Pardo-Suíço
- Assoc. Paulista dos Criadores de Gado Jersey
- Bolsa de Mercadorias & Futuros
- Conselho Nacional da Indústria de Laticínios
- Conselho Nacional da Pecuária de Corte
- Delegacia do MAPA no Est. de São Paulo
- Faculdade de Engenharia Agrícola/Unicamp
- Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
- Fundo de Desenvolvimento da Pecuária do Estado de São Paulo
- Instituto de Tecnologia do Paraná
- Instituto de Zootecnia de São Paulo
- Instituto Mineiro de Agropecuária
- Instrucamp/Raytek – Texto
- Núcleo dos Criadores de Guzerá da Bahia e Sergipe
- Núcleo dos Produtores de Novilho Precoce de Minas Gerais
- Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo
- Secretaria da Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Turismo do Estado de São Paulo
- Serviço Brasileiro de Certificações
- Sindicato Nacional da Indústria de Alimentação Animal
- Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal
- Sociedade Agropecuária Estância Ltda
- Sociedade Brasileira de Engenharia Agrícola
- Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária
- Sociedade Rural Brasileira
- Softway/Softcomex Informática Ltda
- Universidade Estadual Paulista

Normas técnicas trazem desenvolvimento

No Brasil existe cerca de 9.000 normas técnicas, enquanto nos Estados Unidos elas chegam a 400.000. Esses números indicam que quanto maior é o desenvolvimento e o grau de organização de um país, maior o número de normas técnicas internas. Ao sugerir a criação do CB 56 e coordenar sua implantação e funcionamento, a ABC espera contribuir para o desenvolvimento da pecuária e

do Brasil, a exemplo de outras iniciativas históricas da entidade, como a implantação dos serviços de registro genealógico das raças bovinas brasileiras e de registro de controle leiteiro.

Na entrevista a seguir, o gestor do Comitê, Auler José Matias, explica as vantagens das normas técnicas para a pecuária e como elas são elaboradas.

Qual a diferença entre os regulamentos do MAPA e as normas técnicas que serão definidas pelo CB 56?

Os regulamentos do governo devem ter cumprimento obrigatório, enquanto a adoção das normas é facultativa.

E qual a vantagem das normas técnicas?

Primeiro, as normas técnicas são definidas pelo conjunto dos interessados, de modo a definirem os procedimentos para se obter o melhor produto; no caso do carne, por exemplo, assegurar sua sanidade e qualidade. Segundo, elas são dinâmicas, ou seja, podem ser constantemente aperfeiçoadas; nesse aspecto, a própria ABNT determina a revisão das normas a cada cinco anos. Terceiro, elas auxiliam na quebra de barreiras comerciais, principalmente as internacionais.

A adoção de normas não implicará aumento de custos para o pecuarista?

Ao contrário. Sua adoção organiza e padroniza a produção, racionalizando o gerenciamento da propriedade.

Resultará em aumento de lucros?

Sim. Na medida em que o pecuarista adote as normas, isso será de conhecimento do consumidor, que tenderá a valorizar o produto. As normas são garantia de qualidade. Entre uma carne produzida segundo as normas técnicas e outra carne que não seguiu norma nenhuma, certamente o consumidor preferirá a primeira. Isso, com o passar do tempo, fará com que somente a carne produzida com normas terá aceitação no mercado.

A carne bovina brasileira está ampliando sua inserção em mercados internacionais. A adoção de normas auxiliará essa evolução?

Sem dúvida. Os mercados internacionais estão cada vez mais exigentes em termos de padronização dos cortes e segurança alimentar. Para atender essas exigências e evitar barreiras técnicas

e comerciais, o Brasil necessariamente terá de adotar normas para sua carne bovina. A propósito, uma das intenções do Comitê é fazer com que normas brasileiras para a carne sirvam de base para a definição de normas internacionais por meio da Organização Internacional de Estandarização (ISO).

E o mercado interno?

O brasileiro é o segundo maior consumidor de carne bovina no mundo – são 35kg/ano per capita – e é bastante perceptível que ele já busca também qualidade. Diante disso, caberá aos pecuaristas e aos distribuidores desenvolver um trabalho de qualificação do produto, com cortes que agreguem valor. Nesse aspecto, as normas técnicas têm muito a contribuir. Elas fornecem informações que facilitam a percepção do consumidor em fatores como maciez, teor de gordura, origem, manuseio, conservação e embalagem. Ao fazer isso, elas aumentam a confiabilidade entre o consumidor e o produtor.

E como serão feitas as normas para a carne bovina?

Uma vez constituído o CB 56, o próximo passo será a instalação do conselho consultivo, a ser composto por representantes de vinte entidades do setor, como associações de criadores, de fornecedores de insumos para a pecuária, de frigoríficos, de varejistas e de consumidores, além de entidades neutras, como universidades e institutos de pesquisa. A partir daí serão constituídas as comissões de estudo, que trabalharão os diversos temas a serem normalizados.

Quem definirá esses temas?

O conselho consultivo analisará os vários temas possíveis e estabelecerá o Plano de Normalização do Setor, que será submetido ao Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade.

E quem aprova as normas?

Esse é um processo bastante transparente e democrático. Uma vez elabo-

radas pelas comissões de estudo, as normas são encaminhadas para a ABNT, que as submete a consulta pública. Se houver alguma contestação devidamente embasada, as normas retornam para as comissões para serem reavaliadas e, posteriormente, voltam para consulta pública. Se não houver contestações, as normas são homologadas pela ABNT e disponibilizadas para o mercado.

O papel da ABNT é apenas de homologar as normas?

De fato, a ABNT não faz as normas; ela acompanha todo o processo de elaboração, de modo a garantir a aplicação dos procedimentos necessários. O grande papel da ABNT é oferecer à sociedade a possibilidade de se organizar e confeccionar as normas de seu interesse.

Qual o campo de atuação do CB 56?

Ele contemplará todas as fases da cadeia produtiva da carne e do leite utilizados na alimentação humana e animal. Isso compreende boas práticas de criação, transporte, abate, ordenha, industrialização, disponibilização no mercado, embalagem e rotulagem. Abrange também sistemas de produção, tecnificação das propriedades rurais, rastreabilidade, classificação e tipificação de carcaça.

E o leite?

O CB 56 compreenderá dois sub-comitês, um tratará da carne e outro do leite e derivados. Por ora, os esforços estão concentrados na carne, uma vez que trata-se de um produto com grande participação no mercado externo, o que indica a necessidade premente de normas para se evitar barreiras técnicas e comerciais. Instalado o sub-comitê da carne, será dada especial atenção ao sub-comitê do leite, não só com a perspectivas de resolver os problemas da qualidade do produto oferecido ao mercado interno mas também de preparar o setor lácteo nacional para conquistar mercados externos.

Diversidade e recordes na Expointer deste ano

A Expointer 2003, tradicional mostra agropecuária que se realiza em Esteio, RS, nas cercanias de Porto Alegre, no final do mês de agosto e início de setembro, ganhou este ano um caráter de grande diversidade. Além da exposição de animais de diversas espécies e raças, houve uma notável expansão na área destinada ao setor de máquinas agrícolas e maior número de estandes de agricultura familiar e de artesanato. “Deve-se destacar também a presença de dez países parceiros, entre eles Uruguai, Argentina, Peru, Equador e Inglaterra, que apresentaram produtos industriais e artesanato”, enfatiza Ney Soares Piegas, vice-presidente da ABC e seu representante no evento.

Outro destaque é o tradicional “Freio de Ouro”, um conjunto de provas para cavalos crioulos em que se busca reproduzir na pista as dificuldades encontradas nos duros trabalhos das fazendas. Neste ano, nos dois principais dias de sua realização, elas reuniram

cerca de 30 mil pessoas diariamente.

“A presença do presidente Lula na inauguração oficial do certame, após dezoito anos de ausência de um primeiro mandatário da Nação, contribuiu para o brilhantismo da Expointer 2003”, observou Ney Piegas. “Estiveram presentes ainda o presidente do Uruguai, Jorge Batlle, e ministros brasileiros, como o da Agricultura, o nosso associado Roberto Rodrigues”.

O faturamento total da feira superou o do ano passado. A venda de máquinas totalizou R\$ 216 milhões, com crescimento de 72,8% sobre 2002, enquanto os negócios com animais estiveram nos mesmos



Ney Soares Piegas (centro) e Raul Roldam (esquerda), pecuarista argentino que atuou como juiz de animais Hereford e Braford, na premiação da Campeã Expointer 2003, raça Braford, de propriedade de Alfeu Macedo Dornelles.

níveis da mostra anterior, somando R\$ 3,2 milhões, com 1.116 animais transacionados. A feira de artesanato atingiu R\$ 664 mil e a feira da agricultura familiar, R\$ 203 mil. O público presente foi também maior, assim com o crédito rural para compra de animais e máquinas.

Atividades da Diretoria - setembro 2003

04 – Reunião do Fórum Nacional Permanente da Pecuária de Corte, na sede da Farsul, em Porto Alegre. Representou a ABC o vice-presidente Ney Soares Piegas.

10 – Reunião da Câmara Setorial da Carne Bovina, da Secretaria da Agricultura e Abastecimento, em São Paulo. Representando a ABC, Auler José Matias, assessor da diretoria.

11 – Reunião da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Carne Bovina, do MAPA, em Brasília. Pela ABC, João Pinheiro da Silveira Filho, representante da Associação em Brasília.

12 – Reunião do Comitê Técnico Consultivo do Sisbov, em Brasília. Representando a ABC, João Pinheiro da Silveira Filho.

16 – Seminário sobre Legislação Americana contra o Bioterrorismo, em São Paulo, SP. Representando a ABC, Auler José Matias.

17 – Exposição e discussão sobre o impacto da Reforma Tributária, na sede da CNA, em Brasília. Representando a ABC, João Pinheiro da Silveira Filho.

19 e 23 – Reunião com o secretário adjunto da Secretaria de Agricultura e Abastecimento de SP, Alberto Macedo, para tratar de assuntos relacionados com o Comitê Brasileiro para Normalização da Carne e do Leite (CB 56). Representando a ABC, Auler José Matias.

22 – Reunião com o delegado do Mapa em São Paulo, Francisco Sérgio Jardim, para tratar de assuntos relacionados com o Comitê Brasileiro para Normalização da Carne e do Leite (CB 56). Representando a ABC, Auler José Matias.

29 – Reunião do Grupo de Trabalho da Febre Aftosa, da Secretaria da Agricultura e Abastecimento de SP. Representando a ABC, Auler José Matias.

INVISTA BEM!

CONJUNTOS COMERCIAIS

CONDOMÍNIOS VERTICAIS
E HORIZONTAIS

TENHO O IMÓVEL
QUE VOCÊ PROCURA

ANTECIPE-SE

OPORTUNIDADE

JARDINS 2 DORMS

GÓES

CONSULTOR IMOBILIÁRIO

FONE:

(11) 9617-9970

GOES@CONSULTORIA.COM.BR

LOPES CONSULTORIA DE IMÓVEIS

Para o turismo rural decolar

A importância de promover um modelo de desenvolvimento sustentável para estimular o crescimento do turismo rural no Brasil foi a principal conclusão do seminário “Turismo rural, pronto para decolar?”, realizado no dia 9 de setembro, na sede da Associação Brasileira dos Criadores, em São Paulo. Promovido pela Associação Brasileira de Turismo Rural (ABTR), com o apoio da ABC, o evento teve o mérito de mostrar que é preciso trabalhar a riqueza regional para garantir o fluxo de turistas.

Para Luis Alberto Moreira Ferreira, presidente da ABTR e da ABC e idealizador do evento, “o seminário atingiu seus objetivos, pois além de estimular o setor serviu para mostrar ao produtor rural que o turismo é uma fonte adicional de recursos a ser trabalhada”, afirmou.



José Bento Desie, do Sebrae, e o advogado Domingos Zainaghi

Indústria

“É a riqueza da região, seus recursos naturais, sua cultura, sua história, que efetivamente irão atrair o turista”, afirmou o presidente da Associação Brasileira das Operadoras de Turismo (Braztoa), José Zuquim, que proferiu uma palestra sobre a relação das operadoras e agências de viagens com o turismo rural. Segundo ele, as 47 operadoras associadas a Braztoa ainda dão pouca atenção ao turismo rural porque quase não há produtos com esse conceito. “Turismo é uma indústria que existe para garantir a sustentabilidade dos destinos visitados, agregando valor à riqueza da região sem descaracterizá-la”, ressaltou.

A mídia tem o mesmo argumento para justificar a pouca divulgação dos empreendimentos do setor. “Assim como o turista, o repórter quer voltar de uma viagem com uma boa história para contar sobre a beleza, cultura e história da região onde a pousada está localizada”, disse André Vargas, que atua há nove anos como jornalista na área de turismo e falou sobre o papel da imprensa no turismo rural. Na sua opinião, os veículos de comunicação tendem a dar destaque para os empreendimentos que valorizam as riquezas regionais como uma extensão de seus serviços.

Negócio coletivo

Para o coordenador do Núcleo de Turismo do Sebrae-SP, José Bento Desie, que falou sobre como promover o turismo rural, a maioria dos empreendedores do setor, infelizmente, parte do pressuposto que para atrair turistas é preciso apenas entrar com a infraestrutura (hospedagem, alimentação, transporte) e explorar os atrativos da cidade. “Na maioria das vezes é preciso transformar os atrativos em negócio turístico, adequando-os à vocação do município”, disse. Nesse sentido, é fundamental que haja junção de forças do setor privado com o poder público.

É o caso de Brotas, que se tornou uma referência para a prática de vários esportes de natureza quando a Prefeitura encampou a idéia do ecoturismo. Além de investir em infra-estrutura, criou métodos e instrumentos para garantir a implantação de um turismo sustentável na cidade. Uma das medidas adotadas foi contratar os serviços de uma universidade para fazer uma avaliação científica do potencial turístico da cidade e do impacto da visitação pública no meio ambiente. “As informações estão sendo usadas para nortear as políticas dirigidas ao setor, evitando a destruição do patrimônio natural e a conseqüente decadência do turismo na cidade, que hoje é responsável pela geração de três mil empregos e R\$ 20 milhões de renda por ano”, disse o prefeito da cidade, Orlando Pereira Barreto Neto.



Planejamento é essencial

O sucesso do Hotel Fazendão, localizado na cidade de Santa Branca, no Vale do Paraíba, pode ser creditado aos seus proprietários, o casal Sandra e Fábio Moreira de Oliveira. Eles foram convidados ao seminário para narrar suas experiências no Hotel Fazendão e mostraram que souberam transformar o empreendimento em um modelo de boa administração.

Quando deu início à empreitada de restaurar a sede de uma antiga fazenda de café, Fábio tomou o cuidado de criar um projeto que permitisse a paulatina expansão do número de apartamentos sem que as obras atrapalhassem as atividades do hotel. Ele também

aconselha aos novos empreendedores ficarem atentos à localização e às atrações que oferecerão aos hóspedes. “Na maioria das vezes, o turista rural mora em São Paulo, é casado e tem filhos pequenos. Em função deste perfil, eles preferem viagens curtas, para locais de fácil acesso e que tenham atrações para entreter os filhos”, acrescentou. Sua esposa Sandra também ressaltou a importância do proprietário se profissionalizar. “Fiz mais de dez cursos no Senac sobre hotelaria”, contou ela.

Outro cuidado a ser tomado se refere às relações trabalhistas. Segundo o advogado Domingos Zainaghi, que proferiu uma palestra

sobre direito do trabalho no turismo rural, perante a lei o funcionário de um hotel fazenda é considerado um empregado urbano. “Portanto, ele está amparado pela CLT e também pelas normas coletivas do seu sindicato”, disse. Zainaghi aconselha que, ao utilizar os serviços do empregado rural também na pousada, o empregador deva ter a precaução de firmar um contrato de trabalho à parte, para evitar ações judiciais. Ele também alertou para o perigo de se utilizar o empregado doméstico no trabalho da pousada. “A lei é clara: o empregado doméstico presta serviços para pessoa ou família no âmbito residencial e sem fins lucrativos”, alertou Zainaghi.

Expomilk – 22 a 26 de outubro, em São Paulo, SP, o evento reunirá cerca de 145 expositores que mostrarão produtos e serviços destinados à pecuária leiteira. As novidades vão desde nutrição animal, produtos veterinários e máquinas agrícolas até inseminação artificial e reprodução. Informações (11) 3829-9111 www.expomilk.com.br

Pecuária Moderna – De 22 a 27 de outubro, 1ª Semana da Pecuária Moderna, evento técnico direcionado para a modernidade da produção animal envolvendo a bovinocultura e ovinocultura. Promovida pela Associação dos Médicos Veterinários de Itapetininga e Região, no Recinto de Exposições Accio de Moraes Terra, em Itapetininga. (15) 3271 8546 www.tocboi.com.br

Produção Animal – 27 a 31 de outubro, no Centro de Exposições da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, o 9º Congresso Mundial de Produção Animal terá como principais temas: a estrutura da produção animal e seu impacto no meio ambiente; uso da gua, sua disponibilidade e qualidade; produção animal orgânica; segurança, rastreabilidade e aceitação e produtos de origem animal; políticas de segurança alimentar. (51) 3316-6958 www.wcapt2003.ufrgs.br

Agromix – Feira Internacional de Tecnologia Agropecuária, realizada simultaneamente com o 9º Congresso Mundial de Produção Animal, de 27 e 31 de outubro de 2003, no Centro de Exposições da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, RS. Evento tem como objetivo apresentar as mais novas tecnologias em produtos, processos e serviços utilizadas nas diferentes culturas de produção animal no mundo. (51) 3347-8696 www.fiergs.org.br

Expoagro – 53ª Exposição Agropecuária de Alagoas, de 31 de outubro a 9 de novembro, no Parque José da Silva Nogueira, em Maceió. Exposição e leilões de bovinos, equinos, ovinos e caprinos, e mostra de máquinas, veículos e implementos agrícolas. Promoção da Associação dos Criadores de Alagoas. (82) 338.9313

Expovel – Considerado terceiro maior evento do gênero no sul do País, a 24ª edição da Expovel será realizada de 7 a 16 de novembro, no Parque de Exposições Celso Garcia Cid, em Cascavel, PR. Apresentação de 5.500 matrizes e reprodutores. Promoção da Sociedade Rural do Oeste do Paraná (45) 228-2526 www.expovel.com.br

Avestruz – IV Congresso Brasileiro de Estruticultura, de 20 a 22 de novembro no Centro de Eventos Pantanal, em Cuiabá, MT. Realização ACAB e ACAMAT. (11) 3101-1096 www.acab.org.br

Agribusiness – 5º Congresso de Agribusiness - Segurança Alimentar e a Cadeia Produtiva, 24 e 25 de novembro, no Jôquei Clube do Rio de Janeiro. Promoção da Sociedade Nacional de Agricultura. (21) 2262-7319 e 2240-4189 www.snagricultura.org.br

Leite – 3º Congresso Internacional do Leite, de 25 a 28 de novembro, no Minascentro, em Belo Horizonte. Promoção da Embrapa Gado de Leite. (32) 3249 4856 www.cnppl.embrapa.br

Fenagro – De 29 de novembro a 7 de dezembro, a Feira Nacional de Agropecuária, realizada anualmente no Parque de Exposições Agropecuárias de Salvador, BA, pela Associação Baiana dos Criadores (Abac), considerada a maior mostra do gênero do Nordeste. (71) 375-3062

**Associado da ABC
divulga
gratuitamente
seus leilões
neste espaço
(11) 3832-9369**

Jornal dos
CRIADORES

Av. José César de Oliveira, 181 - 11º andar
Vila Leopoldina - CEP 05317-000 - São Paulo-SP
Fone: (11) 3832.9369
Fax: (11) 3831.2731
e-mail: abc@abccriadores.com.br
www.abccriadores.com.br

IMPRESSO